

Que Modelo de Militar para a Nova Arte de Guerra e Paz?

Guilherme Belchior Vieira
Tenente-General do Exército (Ref.)

“A comunidade mundial necessita, mais do que nunca, de guerreiros adestrados e disciplinados, prontos a colocarem-se ao serviço da autoridade política. Tais guerreiros devem ser vistos como protectores da civilização, não como seus inimigos. Protectores contra fanáticos étnicos, senhores da guerra regionais, intransigentes ideológicos, salteadores comuns e criminosos internacionalmente organizados.”

John Keegan (1993)¹

“Vivemos a mais dramática revolução no nosso pensamento sobre guerra e paz dos últimos 200 anos.”

Christopher Bellamy (1997)²

INTRODUÇÃO

É incontestável que o pós-Guerra Fria, gerador de uma situação em que “a clara distinção entre a guerra e paz de novo desapareceu”³, se tem revelado, e promete assim continuar, muito mais instável e violento do que os quarenta anos de Guerra Fria. Os conflitos armados recrudesceram por todo o mundo, nomeadamente na África sub-sariana, e reacenderam-se no coração da Europa. Mas, o mais importante é que a *natureza* de cerca de 90% destes conflitos se alterou. A designação de “novas guerras” assenta-lhes bem dado que, contrariamente às guerras entre estados por objectivos bem definidos, se trata de “conflitos internos em que se confrontam o estado e actores não-estatais num processo de interacção violenta, como resultado de diferenças étnicas, tribais, religiosas ou políticas”⁴.

Se é certo que já no decurso da Guerra Fria, em particular na África e no Sul da Ásia, haviam sido desencadeadas “novas guerras”, foram porém os acontecimentos de 1989 que contribuíram, sem dúvida, para a sua rápida evolução, tanto na Europa como por todo o mundo, devido,

1 “History of Warfare”, Pimlico, Londres, 1994.

2 “Knights in White Armour”, Pimlico, Londres, 1997.

3 Obra referida em 2.

4 Robert L. Pfaltzgraff Jr. e Richard H. Schultz Jr., “Ethnic Conflict and Regional Instability”, Strategic Studies Institute, US Army College, 1993.

fundamentalmente, ao desaparecimento de identidades políticas associadas com a Guerra Fria e à disponibilidade de armamento excedente proporcionado pela distensão do pós-Guerra Fria⁵. É assim que a guerra na Bósnia-Herzegovina é com frequência considerada como o arquétipo das “novas guerras”.

John Keegan⁶ e Martin van Crefeld⁷, ambos historiadores militares, entre outros autores, assinalam o fim *aparente* da era da guerra clausewitziana face à regressão a comportamentos preclausewitzianos que caracteriza as “novas guerras”⁸. Os polemólogos consideram como *muito* improváveis as guerras gerais e *apenas* improváveis as guerras limitadas, do tipo das Falklands/Malvinas em 1982 e mesmo da Guerra do Golfo em 1991, e os especialistas no campo da previsão apontam a existência em continuidade de cerca de trinta operações de um nível intermédio entre a manutenção de paz e a guerra limitada, em simultâneo com uma dezena de operações de manutenção da paz tradicionais⁹. Estas previsões justificam a mudança fundamental, sublinhada por Charles Moskos Jr., no ênfase das forças armadas da defesa do *santuário* nacional para as operações de apoio à paz. Por outro lado, acrescenta o mesmo autor, as ameaças à segurança nacional assumem, cada vez mais, dimensões transnacionais, tais como o tráfico de drogas, a imigração incontrollável e a degradação ambiental¹⁰. Se a estes factores se adicionar a incontível pressão dos proclamados “dividendos da paz”, compreende-se a necessidade imperiosa e urgente de reformar os pesados, pouco flexíveis e dispendiosos aparelhos militares da Guerra Fria e entrar, assim, decisivamente no período pós-moderno da evolução da própria instituição militar.

A definição do modelo de militar para “a nova arte de guerra e paz”, na expressão feliz de Bellamy¹¹ para a *arte* que as novas missões das forças armadas exigem, não pode deixar de passar por uma prévia análise da natureza, características e consequências das “novas guerras”; dos diferentes tipos de operações de apoio à paz que aquelas guerras e outros

5 Mary Kaldor, Introdução a “New Wars”, Pinter, Londres/Washington, 1997.

6 Obra referida em 1.

7 “The Transformation of Warfare”, New Press, Nova Iorque, 1991.

8 Introdução referida em 5.

9 Obra referida em 2.

10 Capítulo “Toward Postmodern Military: The United States as a Paradigm” da obra “The Postmodern Military”, Oxford University Press, Nova Iorque/Oxford, 2000.

11 Obra referida em 2.

conflitos armados implicam; e, enfim, do desenvolvimento em curso acelerado da pós-modernidade da instituição militar. Só depois será possível concluir sobre um modelo de militar consistente e compatível com os imperativos das novas missões, mas também com muitos aspectos convencionais da instituição militar.

AS “NOVAS GUERRAS”: NATUREZA, CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS

A nova *natureza* das “novas guerras” decorre¹², para além dos aspectos em que se baseia a definição (já citada) destes conflitos, da tendência neles verificada para a redução sensível do total de baixas e da participação directa, surgindo contudo o *ratio* de baixas civis para baixas militares dramaticamente acrescido; da sua mais longa duração; da sua mais ampla dispersão; e de raramente terem finais decisivos, prolongando-se, mesmo quando o cessar-fogo é declarado, numa violência de baixo nível que não é nem guerra nem paz.

Entre as características que distinguem as “novas guerras” das guerras anteriores, convirá sublinhar¹³ que elas não pressupõem a existência de estados, surgindo da desintegração ou erosão das estruturas estatais caracterizada pela perda da legitimidade das instituições políticas e do consequente colapso do monopólio da violência organizada; que contam com o apoio externo proporcionado por diásporas, mercenários estrangeiros, máfias ou poderes regionais; que envolvem grupos de para-militares e grupos de criminosos, dispendo, em geral, apenas de armamento ligeiro, em investidas dispersas, fragmentadas, acompanhadas pelo desencadeamento de acções de terrorismo selectivo e de sideração.

Como consequências, sempre dolorosas, as “novas guerras” provocam¹⁴ deslocções de populações – as ignóbeis “limpezas étnicas” – que estão associadas a multidões de refugiados e à sua contrapartida de repatriação forçada ou colonização, como no caso dos Russos na Chechénia ou dos Sérvios no Kosovo; são profundamente destrutivas em termos económicos, sociais e culturais.

12 Introdução referida em 8.

13 Introdução referida em 8.

14 Introdução referida em 8.

O AMPLO ESPECTRO DAS OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

A Carta das NU não contém qualquer definição de operações de apoio à paz e, curiosamente, nada nela existe que autorize a sua realização¹⁵. Foi o “congelamento” do seu Capítulo VII (Acção em caso de ameaças à paz, quebras da paz ou actos de agressão) verificado durante a Guerra Fria que, como refere Richard Connaughton, fez emergir as operações de apoio à paz, no âmbito do Capítulo VI (Acordo pacífico de disputas), então como “uma área de interesse principalmente para os estados pequenos e não-alinhados”¹⁶. Hoje é no intervalo entre os Capítulos VI e VII que ocorre a maioria das operações de manutenção da paz, que foram por isso designadas como “operações do capítulo 6 1/2” pelo Secretário-Geral Dag Hammarskjold. Contrariamente às operações de imposição da paz, estas operações, intermédias entre a manutenção da paz e a guerra limitada, exigem o consentimento das partes beligerantes.

No Glossário das NU¹⁷ pode ler-se que as operações de apoio à paz são “operações militares não-combatentes desenvolvidas por forças exteriores, com o consentimento de todas as principais partes beligerantes, com vista a monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de tréguas existente, em apoio de esforços diplomáticos para alcançar um acordo político”. Convirá, no entanto, acrescentar que, de acordo com a definição do Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali (1992), “se os meios pacíficos falharem, as medidas preconizadas no Capítulo VII devem ser usadas, sob decisão do Conselho de Segurança, para manter ou restaurar a paz e segurança internacional face a uma ameaça para a paz, quebra da paz ou acto de agressão”.

A partir de 1989 as operações de apoio à paz tornaram-se mais complexas e multifacetadas, passando a caracterizar-se por um conjunto muito amplo e diversificado de actividades visando o estabelecimento e manutenção da paz.

Ainda segundo as NU¹⁸, as operações de apoio à paz desenvolvidas até hoje caem em três categorias gerais:

15 Obra referida em 2.

16 “The Nature of Future Conflict”, Leo Cooper, Londres, 1995.

17 <http://www.nu.org/peace/intro/2.htm>.

18 Site referido em 17.

- *Missões de observadores militares*, integrando um número reduzido de oficiais desarmados com missões diversas de observação e reconhecimento, tais como a monitorização de cessar-fogos ou armistícios, a verificação da manutenção de dispositivos ou retiradas de tropas, o patrulhamento de fronteiras ou zonas desmilitarizadas;
- *Forças de operações de apoio à paz*, constituídas por contingentes nacionais, empenhadas no cumprimento de tarefas similares às das operações militares e, frequentemente, a actuar como um tampão entre partes hostis;
- *Operações multidisciplinares complexas*, desenvolvidas por pessoal militar, polícia civil e outro pessoal civil mandatados para ajudar a criar instituições políticas e a alargar a sua base, trabalhando com governos, ONG e grupos de cidadãos locais; para proporcionar assistência de emergência; monitorizar o respeito pelos direitos humanos; apoiar a desmobilização dos antigos combatentes e a sua reintegração na sociedade; facilitar o regresso de refugiados; proceder a desminagens; formar e treinar forças armadas e forças de segurança; organizar e conduzir eleições; e a promover práticas sustentáveis de desenvolvimento.

Reconhecendo que as definições de forças de operações de apoio à paz são quase tão numerosas como os comentadores deste assunto, Charles Moskos Jr. sublinha que, no entanto, em todas elas se encontram presentes dois temas elementares: a *imparcialidade* e a *não-coerção*, avança a seguinte definição de trabalho: “Componentes militares de várias nações, operando sob o comando de um corpo mundial *imparcial* e comprometido a um *uso mínimo absoluto da força*, que procuram reduzir ou prevenir hostilidades armadas”. Em consequência, os militares “que servem numa capacidade militar sob o comando autorizado por um mandato internacionalmente aceite aderem à imparcialidade e subscrevem os mais estritos níveis de força mínima absoluta funcionalmente relacionados com a autodefesa”¹⁹.

Em termos de empenhamento militar, as operações de apoio à paz envolvem um sem-número de tarefas decorrentes²⁰ desde o ideal desenvolvimento preventivo, que se pretende dissuasivo, até à protecção da

19 “Peace Soldiers – The Sociology of United Nations Military Force”, University of Chicago Press, Chicago/Londres, 1976.

20 Obra referida em 2.

ajuda humanitária, em situações de inexistência de autoridade em quem as NU possam confiar o transporte e distribuição imparcial da ajuda, passando pela monitorização dos cessar-fogos e controlo de zonas-tampão na tradicional manutenção da paz, e pela formação e treino de forças armadas para os novos estados no âmbito da “implementação de um vasto acordo”. Tarefas cumpridas num quadro de intervenção imparcial e de mínima coerção, defensiva e de protecção e apoio das populações envolvidas e das agências/organizações de âmbito humanitário.

A TRANSIÇÃO ACELERADA PARA A PÓS-MODERNIDADE MILITAR

No Seminário Interuniversitário sobre Forças Armadas e Sociedade da Universidade de Chicago, o mais reputado centro internacional de sociologia militar, os sociólogos, politólogos e historiadores consideram que assistimos hoje nas democracias consolidadas a uma transição acelerada de formas de organização militar designadas como modernas para formas pós-modernas.

Esclarecem os mesmos investigadores que a modernidade militar, em plenitude no século XIX, estava inextricavelmente associada com o surgir do estado-nação. Embora a organização militar moderna nunca tivesse assumido um tipo puro, o seu formato básico era a combinação de soldados e postos inferiores conscritos (a milícia) com um corpo de oficiais profissionais, orientada para a missão de guerra, masculina na sua constituição e no seu etos e claramente diferenciada da estrutura e cultura da sociedade civil. Em contraste, a organização militar pós-moderna caracteriza-se por uma distensão ou afrouxamento dos laços com o estado-nação. O seu formato básico passa a ser uma força voluntária, orientada para outras missões além da guerra, crescentemente andrógena na sua constituição e no seu etos²¹.

A pós-modernidade militar caracteriza-se por cinco mudanças organizacionais principais²²:

- A crescente interpenetração das esferas civil e militar, tanto no domínio estrutural como cultural;

21 Capítulo “ Armed Forces after the Cold War” da obra referida em 10.

22 No capítulo referido em 10.

- A diminuição das diferenças entre os diferentes postos da hierarquia e as funções de combate e de apoio;
- A combinação de missões de guerra com outras missões que não seriam consideradas militares no sentido tradicional;
- O empenhamento frequente das forças militares em missões internacionais autorizadas (ou, no mínimo legitimadas) por autoridades que transcendem o estado-nação;
- A internacionalização das próprias forças armadas.

Em consequência as missões das forças armadas surgem agora estruturadas segundo parâmetros fundamentalmente diferentes das relativas certezas da Guerra Fria, passando as operações de apoio à paz a ocupar na doutrina militar uma posição privilegiada. O que não significa, contudo, que a preparação para o combate seja descurada.

A EVOLUÇÃO DO MODELO DE PROFISSIONAL MILITAR AS PRINCIPAIS MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS

“Capazes de combater, preparadas para ajudar.”²³

Face à incerteza e turbulência que têm caracterizado o pós-Guerra Fria, as missões multifuncionais e multinacionais que competem às forças armadas surgem integradas em duas finalidades gerais:

- Protecção e segurança do “santuário” nacional e aliado;
- Conduta de operações de apoio à paz como parte da política de segurança nacional.

As duas finalidades merecem a mesma atenção, sendo a segunda mais urgente e tendo a primeira prioridade em caso de concorrência. A primeira finalidade, no que respeita ao “santuário” nacional, constitui ainda hoje, mesmo quando não exista ameaça externa, um desempenho essencial para que os estados sejam reconhecidos como soberanos. No caso de ameaças internas à soberania nacional as forças armadas, mediante a

²³ Citação do Chefe do Estado-Maior do Exército alemão na Conferência de Comandantes do Exército em 1993.

proclamação do estado de excepção, podem apoiar ou substituir a autoridade civil.

Para além do apoio tradicional das forças armadas às actividades dos serviços de protecção civil (tanto nacionais como estrangeiros), “a redução dos potenciais militares verificada no pós-Guerra Fria trouxe consigo a tendência para considerar as forças armadas como um recurso nacional com comprovada capacidade para solucionar muitos problemas sociais”²⁴. É assim que, mesmo nos EUA, têm sido debatidas no Congresso propostas para o empenhamento de forças militares no combate ao tráfico de drogas, no apoio da reconstrução de cidades ou no ensino de crianças em escolas do interior.

O PROFISSIONAL MILITAR

*“A profissão militar é um completo estilo de vida.”*²⁵

Os estudos realizados nos EUA pelos sociólogos Samuel Huntington e Morris Janowitz, a partir do final da década de 50, constituem, ainda hoje, dois importantes referenciais para as questões conceptuais mais instantes da problemática do profissionalismo militar. Para Huntington²⁶ a carreira militar é uma profissão completamente desenvolvida porque nela se verificam as três características principais do tipo ideal de profissão: a destreza, o espírito corporativo e a responsabilidade. Apenas os militares directamente empenhados na “administração da violência” são, para Huntington, membros da profissão militar. As características destes profissionais derivam do conteúdo e da função do seu empenho militar, sendo por eles conformadas. Assim, o profissional militar é, nomeadamente: obediente e leal para com a autoridade do estado; competente nos assuntos militares; dedicado na utilização da sua capacidade para proporcionar segurança ao estado; política e moralmente neutral. O seu sentido de compromisso profissional é conformado por uma ética que reflecte um conjunto, cuidadosamente inculcado, de valores e atitudes

24 Louis W. Goodman, “Military Role Past and Present”, em “Civil-Military Relations and Democracy”, edição de Larry Diamond e Marc F. Plattner, The Johns Hopkins University Press, Baltimore/Londres, 1996.

25 Morris Janowitz, “The Professional Soldier”, Free Press, Nova Iorque, 1971.

26 “The Soldier and the State”, Harvard Union Press, Cambridge (Mas.), 1957.

que constitui uma singular perspectiva profissional (ou mentalidade militar) caracterizada como “realista e conservadora”²⁷.

Par Janowitz²⁸, em contraste, as forças armadas são um sistema em que as características profissionais dos militares se alteram com o tempo e são variáveis na medida que integram normas e conhecimentos práticos que incluem a administração directa da violência, mas que não se reduzem a esta administração.

Embora especifique as características que fazem dos militares profissionais (domínio baseado na experiência, aprendizagem prolongada, identidade de grupo; ética; pautas de actuação), não identifica a profissão militar como um modelo estático, mas sim como uma organização burocrática de carácter dinâmico que experimenta mudanças no tempo, em resposta a condições de mudança da própria sociedade envolvente.

A profissão militar, tradicionalmente focalizada na autoconcepção do guerreiro típico ou do chefe heróico, tem vindo a incorporar novas funções, nomeadamente a de técnico e de gestor. Assim, para que a instituição militar cumpra as suas metas tem que desenvolver e manter um ponderado equilíbrio entre estas diferentes, mas complementares, funções. Durante cerca de um quarto de século a profissão militar foi um misto estável de líderes heróicos, técnicos e gestores.

A longo prazo, conclui Janowitz, a transformação em curso nas forças armadas tenderá para a “convergência com as estruturas e normas civis”. Há, pois, que assumir a hipótese de que, como resultado das profundas mudanças sociais, a base da autoridade e da disciplina tenda a evoluir no sentido do consenso “negociado”; as aptidões militares venham a adquirir uma maior representatividade exógena; e nas relações civis-militares o diálogo venha a beneficiar do desenvolvimento da consciência política dos militares. Em conclusão, com a profissão militar a adquirir semelhanças com as grandes instituições burocráticas de carácter não-militar, “as forças armadas, na realidade, tenderão a *civilizarem-se*”.

Estes dois modelos teóricos significativos do profissionalismo militar (modelo institucional para Huntington e modelo ocupacional para Janowitz) vieram estimular um sem número de investigações sociológicas, originando a definição de novos modelos. Charles Moskos Jr., no

27 Gwyn Harries-Jenkins e Charles C. Moskos Jr., “Armed Forces and Society”, Sage Publications, Londres, 1981.

28 Obra referida em 25.

seu estudo “The Emergent Military” (1973), argumentava que umas forças armadas “pluralistas” estavam a surgir nos EUA na década de 70, com estruturas e valores que compaginavam, dialeticamente, o profissionalismo militar tradicional (modelo institucional) com o profissionalismo de características de tendência civil (modelo ocupacional). E com este argumento, Moskos definiu um modelo de compromisso: o modelo pluralista, no qual o institucional das organizações combatentes se congregava com o ocupacional das organizações de apoio à decisão e dos serviços.

A característica comum a todos aqueles cidadão que, em permanência, se integram na componente militar da defesa nacional, os profissionais militares, reside no facto deles serem os gestores da violência armada, legítima e organizada, directamente empenhados na sua preparação e aplicação, sempre sob a direcção e controlo do poder político democraticamente instituído. Desta característica decorre outra, também ela essencial, que é a eventualidade do cumprimento da missão de defesa militar poder ir até ao sacrifício da própria vida. Daqui os constrangimentos e, ao mesmo tempo, as garantias e compensações que um estatuto específico confere aos cidadãos-militares. A especificidade do estatuto militar procede, ainda, do carácter absoluto da missão e da obrigação de disponibilidade que ela implica. O estado tem que poder contar, em todas as circunstâncias, com a instantaneidade da resposta do seu “braço armado”²⁹.

DEFINIÇÃO DO MODELO DO PROFISSIONAL MILITAR PÓS-MODERNO

“Os futuros militares terão que ser ágeis, inteligentes, mental e fisicamente robustos e incrivelmente adaptáveis.”³⁰

Numa pós-modernidade militar em que, como foi referido, as forças armadas cumprem, prioritariamente, missões relacionadas com operações de apoio à paz, a capacidade de adaptação do profissionalismo

29 Belchior Vieira, “Liderança Militar”, Academia Militar, Lisboa, 2001.

30 Christopher Bellamy na obra referida em 2.

militar aos requisitos destas operações só pode surpreender aqueles que, como sublinha Charles Moskos Jr, desconhecendo as normas do profissionalismo militar, põem em evidência os preconceitos de um inflexível *espírito militar*³¹. Nesta adaptação, o profissionalismo militar contemporâneo tem vindo a revelar transparência e integração de valores com a sociedade envolvente e a demonstrar, no cumprimento das missões de apoio à paz, sensibilidade social, respeito pela diversidade e sentido lato de consciência cívica³².

O grau em que as novas e diversificadas missões exigem novas funções do profissional militar tem sido objecto de amplo debate. Jan van der Meulen, um sociólogo director da Fundação Sociedade Holandesa e Forças Armadas em Haia, define a aparente linha de evolução governamental na Holanda de uma forma assaz curiosa³³: Embora os *capacetes azuis* requeiram qualificações adicionais, a identidade do militar deriva da sua competência como *capacete verde*. Por outras palavras, ele deve ser orientado para o combate no treino e na atitude, e deve dominar novas técnicas em suplemento, não em substituição." A conclusão dos estudos desenvolvidos pelo Seminário Interuniversitário sobre as Forças Armadas e Sociedade de Chicago, anteriormente referido, não se afasta desta linha de evolução.

Sem descurar o espírito de guerreiro que anima a função de combatente, predominante na fase inicial da modernidade militar, e a especialização crescente das funções de técnico e de gestor, predominantes na fase final, o modelo profissional militar pós-moderno, baseado sobretudo na experiência colhida nas operações de apoio à paz, passou a conferir predominância a um conjunto de actividades emergentes que podem ser reunidas em três funções gerais, necessariamente interligadas, designadas como função de *estudante*, função de *comunicador* e função de *diplomata*.

Na função de *estudante* os profissionais militares desenvolvem a sua formação científica de base – técnica e humanística – através do acompanhamento contínuo da evolução verificada, não só no domínio especificamente militar, mas também noutros domínios com interesse para os seus desempenhos, como o das relações internacionais, direito internacional, economia, sociologia, psicologia e antropologia, sendo estimu-

31 Obra referida em 19.

32 Franklin C. Pinch, "Canada: Managing Change with Shrinking Resources", na obra referida em 10.

33 Capítulo "The Netherlands: The Final Professionalization of the Military" da obra referida em 10.

lados pela sua instituição a realizarem estudos complementares em universidades civis. Desta forma, os militares tornam-se mais esclarecidos na sua participação nos grupos de trabalhos de reorganização e doutrina, nos estados-maiores e centros de investigação civis-militares e no seu diversificado empenhamento operacional.

A importância da função de *comunicador* decorre, fundamentalmente, de três factores: a mediatização que os órgãos de comunicação social (em especial a TV) conferem às acções militares, a natureza multinacional dos contingentes e, sobretudo, o contacto humano – com as populações, autoridades locais e partes em confronto – que as operações de apoio à paz implicam.

Em relação aos dois primeiros factores, os programas dos cursos iniciais de todas as categorias de pessoal militar passaram a incluir, a par do ensino de línguas, o ensino de normas de relações públicas e da forma de lidar com os correspondentes da imprensa e, para os quadros, a prática de comportamento diante das câmaras e dos microfones.

Em relação ao terceiro factor, isto é ao contacto humano, a compreensão da natureza humana, o seu apreço numa perspectiva histórica e o conhecimento multicultural, facultados pela função de *estudante*, constituem a base desta comunicação. Depois são as técnicas em torno de um genuíno respeito pelos outros. E, a culminar, um enquadramento exemplar e atento. Numa era em que a mestria tecnológica tornou possível a “guerra virtual”³⁴ do Kosovo (sem riscos para as forças aéreas e navais que a desencadearam), considerada justamente a primeira guerra pós-moderna, o ressurgimento do contacto humano como característica decisiva das operações de apoio à paz significa, tão somente, que a paz protegida e apoiada só tem sentido quando aqueles que são protegidos e apoiados souberem construir um desígnio comum.

E, por fim, a função de *diplomata*, a mais surpreendente das três funções emergentes na pós-modernidade militar, face à consolidada supremacia dos agentes do poder político sobre os militares nas democracias do nosso tempo. Isto quando a tecnologia das comunicações, em “explosivo” desenvolvimento, permite, não só um contacto directo e imediato entre os responsáveis políticos e os comandantes militares no terreno, mas também que os políticos possam acompanhar “ao vivo” a conduta operacional. O certo é que, por exemplo em relação à Guerra do Golfo, o general bri-

34 Michael Ignatieff, “Virtual War-Kosovo and beyond”, Chotto & Windus, Londres, 2000.

tânico Peter De La Billiere³⁵ reconhecia, como um dos princípios básicos do alto comando que ali aprendera, “que um comandante superior deve manter todos os seus subordinados ao corrente do que se passa, tanto no teatro como no exterior, e que muitas vezes, ele deve agir mais como um diplomata do que como um militar”.

A função do *militar-diplomata* deriva, segundo Christopher Dandeker³⁶, da complexidade dos problemas políticos das operações de coligação que, em conjugação com a redução do tempo para decidir para os decisores político e militar provocada pela velocidade dos eventos e da sua difusão pelos média, vieram exigir uma mais íntima cooperação político-militar. E Dandeker conclui: “o resultado é uma menos clara divisão entre práticas políticas e militares e um desafio às tradicionais ideias do profissional militar como um técnico apolítico”. Em consequência, os profissionais militares têm que saber utilizar as práticas políticas da mediação e negociação no seu relacionamento directo com as autoridades e populações locais, as partes em confronto, ONG e jornalistas.

CONCLUSÃO

A instituição militar, mais do que nenhuma outra instituição, é afectada por factores tanto nacionais como internacionais. Assim, qualquer definição de modelo de profissional militar para a pós-modernidade institucional, iniciada há uma década, não pode deixar de ser, ainda hoje, mais do que um enunciado geral de funções ditadas pela experiência operacional diversificada entretanto colhida e cujo desenvolvimento virá a depender, inevitavelmente, “das dramáticas mudanças no sistema internacional e dos ajustamentos nacionais a estas mudanças”³⁷.

As funções de *técnico*, *gestor*, *estudante* e *diplomata* emergem como suplementos, e nunca como substitutos, da função de *combatente*, a função matriz das forças armadas, caracterizando a sua combinação o modelo profissional militar de cada etapa da evolução da sua instituição. A importância relativa das funções suplementares não é mais do que uma

35 Christopher Dandeker no capítulo “The United Kingdom: The Overstretched Military” da obra referida em 10.

36 No capítulo referido em 35.

37 Jonh Allen Williams no capítulo “The Postmodem Military Reconsidered” da obra referida em 10.

expectativa, mas hoje todas elas, com estas ou outras designações, são indispensáveis.

Se, como nos alertam Charles Moskos, John Allen Williams e David Segal³⁸, não há a garantia de que o movimento, em curso, de formas de organização militar modernas para formas pós-modernas se mantenha no futuro, há contudo, segundo aqueles mesmos investigadores, uma certeza: a permeabilidade entre estruturas militares e civis prosseguirá.

38 No capítulo referido em 21.